



## CARTA AGROECOLÓGICA DE BELÉM

Com o tema *Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver*, o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia e IV Encontro Estadual de Agroecologia reuniram entre os dias 28/09 e 01/10/2015, em Belém-PA, 3742 profissionais do ensino, da pesquisa e da extensão, estudantes, agricultores e agricultoras, representantes de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil.

Frente ao aprofundamento da crise de civilização que confronta a humanidade a perigosos limites, a emergência da noção do *Bem Viver* no debate político ressalta a falência do modelo de desenvolvimento hegemônico, assentado em formas violentas de apropriação privada de bens da natureza, de exploração do trabalho humano e de expropriação de direitos, a começar pelo direito à Vida. A construção do *Bem Viver* é uma tarefa civilizatória orientada pelos princípios da cooperação e da solidariedade. Antepõe-se aos fundamentos do liberalismo econômico que incitam indivíduos à luta pelo *Viver Bem* com base na competição mercantil e na destruição das possibilidades do *Bem Viver* coletivo. A construção do *Bem Viver* depende da ação coletiva do local ao global. A *soberania dos povos e comunidades* de decidir sobre seus meios e modos de vida surge, nesse contexto, como um fundamento político orientador das lutas sociais.

A realização do IX CBA na região amazônica permitiu uma mostra de suas diversidades e realçou vários aspectos importantes referentes ao papel da agroecologia na construção soberana do *Bem Viver*. Frente ao papel estratégico da Amazônia na manutenção do equilíbrio planetário, as iniciativas agroecológicas desenvolvidas na região aportam

importantes subsídios ao aprimoramento do enfoque agroecológico, inspirando o aprimoramento e disseminação de iniciativas em outros Biomas brasileiros.

Os debates e trabalhos apresentados no CBA-Agroecologia expressaram a riqueza e a diversidade das formas de construção de conhecimentos em interação com organizações sociais e movimentos populares. Camponeses e camponesas, representantes de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas marcaram forte presença no evento demonstrando seu papel como portadores de memórias bioculturais, guardiões da agrobiodiversidade, criadores e recriadores de práticas e saberes que se atualizam através das gerações. Eles conformam a base sociocultural da construção do *Bem Viver* para o conjunto da sociedade brasileira. Como enfoque científico, a agroecologia atua na sistematização e no apoio ao desenvolvimento das práticas sociais, técnicas e econômicas inscritas nessas memórias bioculturais.

No entanto, nossas reflexões revelam que a perspectiva agroecológica não se desenvolverá enquanto perdurarem e se aprofundarem violações de direitos e ameaças sofridas pela agricultura camponesa, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Ao reafirmar a impossibilidade de convivência e conciliação entre a lógica expansiva e predatória do agronegócio e os estilos de gestão econômico-ecológica da agricultura camponesa e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, o IX CBA-Agroecologia alinha o seguinte conjunto de denúncias, cobranças e proposições:

- O direito histórico ao livre uso da agrobiodiversidade bem como a saúde da população e a soberania nacional estão sendo severamente ameaçados por iniciativas de setores econômicos ligados às indústrias e ao agronegócio junto ao Congresso Nacional. Destacamos as seguintes: a aprovação da Lei 13.123/2015, que normatiza o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, num claro favorecimento às indústrias ligadas ao setor fármaco e ao agronegócio; a recolocação na pauta do Projeto de Lei 2.325/07, que altera o reconhecimento dos agricultores familiares e povos tradicionais como melhoristas; e a tramitação dos Projetos de Lei: 827/15, que criminaliza o uso de sementes crioulas; 1.117/15, que autoriza os OGMs *Terminator* (sementes estéreis); e 34/15, que retira a rotulagem dos OGMs.

- Denunciamos e repudiamos o Decreto 8.405/15, do poder executivo, que viola os direitos dos povos e comunidades tradicionais ao definir o Pescador Artesanal como

não-agricultor, e que atribui às mulheres a condição de *ajudantes*, relegando-as a um papel de subordinação incompatível com o objetivo de construção de uma sociedade justa e igualitária.

- Manifestamos nosso apoio incondicional à luta dos povos irmãos na América Latina contra as ameaças aos direitos coletivos sobre a agrobiodiversidade, sobretudo pelo direito de não contaminação genética das variedades crioulas em função da liberação do plantio de variedades transgênicas da Monsanto, da Syngenta, da Basf e da Bayer e de outras empresas, muitas vezes apoiadas pelos governos nacionais. Manifestamos, em especial, o apoio aos movimentos *Sin Maiz No Hay Pais* e *Red Semillas*, do México, centro de origem do milho, que nesse momento travam luta na justiça pelo direito de não-contaminação desse patrimônio genético legado à Humanidade pelos povos centroamericanos.

- Tendo em vista, que uma alimentação saudável é direito da cidadania, exigimos alteração nas políticas vigentes, com democratização do acesso a informações e estímulo ao protagonismo social. Urge que todos possamos, em escolhas de consumo consciente, bem informado e responsável, evidenciar os setores e atividades da economia de mercado que devem ser estimulados ou refreados pelo governo. Reivindicamos consultas populares e audiências públicas sobre temas relevantes para a sociedade. Entendemos ainda que iniciativas de grupos organizados, a exemplo da *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*, do *Fórum Permanente Contra os Agrotóxicos*, da *Articulação Nacional de Agroecologia* e as manifestações expressas nas *Conferências sobre Segurança Alimentar e Nutricional* realizadas em todo o país, entre outros espaços de mobilização social, devem ser interpretadas como sinalizações da vontade popular, elementos orientadores de iniciativas que cobramos do Estado, com vistas à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e à proteção da saúde coletiva e ambiental.

- Denunciamos a manipulação da ciência institucionalizada em benefício de interesses econômicos de algumas poucas corporações dos setores industrial e financeiro. A ciência não pode continuar sendo utilizada para legitimar a agroquímica e a transgenia, travestindo-as de soluções únicas para necessidades sociais inadiáveis. São exatamente essas *falsas soluções* que estão na origem e agravam os problemas que afirmam

resolver. Cobramos a independência das instituições científico-acadêmicas com relação aos interesses corporativos, tendo o primado da Ética como orientador de sua agenda e de sua prática. Defendemos uma ciência crítica feita com o povo. Por essa razão, atuaremos no fortalecimento de articulações latinoamericanas entre grupos de pesquisadores independentes e comprometidos com esses princípios.

- Reafirmamos que a soberania e segurança alimentar e nutricional somente será alcançada com a realização de uma ampla reforma agrária de base popular e agroecológica, que seja capaz de democratizar o acesso à terra, valorizando a diversidade biocultural, dinamizando as economias locais e assegurando a produção de alimentos saudáveis para as populações do campo, das florestas, das águas e das cidades.

- Quaisquer instrumentos de políticas para a diminuição da degradação ambiental e do desmatamento, bem como para a conservação e preservação ambiental, tais como REDD+, não podem prevalecer sobre os direitos à terra e ao território dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais ou se vincularem a mecanismos de compensação mediados pelo mercado financeiro.

- No que tange a construção do conhecimento agroecológico, repudiamos o fechamento de centenas de escolas do campo em todo o país e a ofensiva pela privatização do ensino, com o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada. Reivindicamos uma educação pública, gratuita e de qualidade, baseada na multiculturalidade e na transdisciplinaridade, rompendo com a *monocultura do saber*, que nega e silencia a diversidade de saberes, em especial os dos sujeitos dos campos, das florestas e das águas.

- Reafirmamos que os Núcleos de Agroecologia que se multiplicam em dezenas de universidades, institutos federais e instituições de pesquisa, são um exemplo consistente de avanço de modalidades diferenciadas de construção de conhecimentos nas instituições públicas de ensino e pesquisa no país. Reconhecemos os grupos de agroecologia protagonizados pelos estudantes como espaços de promoção e construção do conhecimento agroecológico que devem ser fortalecidos e incentivados. Reivindicamos a continuidade e ampliação de iniciativas que consolidem e articulam

esses núcleos e grupos, transpondo barreiras que separam o ensino, a pesquisa e a extensão e rompendo com o difusionismo tecnológico próprio do paradigma da modernização agrícola.

- Estamos atentos ao Projeto de Lei do Senado nº 531/2015 que propõe a regulamentação da profissão de *agroecólogo*. Não apoiaremos qualquer iniciativa que cerceie e crie impedimentos à atuação dos profissionais das diversas áreas do conhecimento relacionadas ao campo agroecológico com o objetivo de criar reservas de mercado. Qualquer iniciativa de regulamentação nesse campo deve ser amplamente debatida com a efetiva participação do movimento agroecológico.

- Denunciamos o fechamento e desmantelamento de extensão rural pública com cortes orçamentários e diminuição do quadro de trabalhadores(as) de empresas e instituições estaduais. Esse processo se faz no exato momento em que o governo federal se propõe universalizar as ações de ATER para a agricultura familiar, povos e populações tradicionais e povos indígenas. Defendemos uma ATER pública e agroecológica, com enfoque sistêmico e territorial, que incorpore as dimensões de gênero, reposicionando os papéis sociais e as responsabilidades das mulheres e dos homens na atividade produtiva e na organização social.

- Defendemos que todas as chamadas públicas de ATER sejam elaboradas a partir da perspectiva agroecológica, valorizando as sabedorias das camponesas, camponeses, povos e comunidades tradicionais, e favorecendo a dialogicidade entre os diferentes sujeitos envolvidos na promoção do *Bem Viver*.

- As mulheres se fizeram presentes no IX CBA e demonstraram seu protagonismo na produção agroecológica e na produção de conhecimentos que rompem com o patriarcalismo. A voz e a sabedoria das mulheres estão intrinsicamente atreladas à promoção da Vida. O conhecimento das mulheres é construído de forma solidária e coletiva, rompendo com o individualismo competitivo e a racionalidade da ciência moderna. A participação das mulheres é fundamental para a construção da sociedade justa, igualitária e agroecológica que desejamos. Reafirmamos que o combate ao capitalismo e ao agronegócio não será bem sucedido enquanto não compreendermos

que o patriarcado é um dos elementos estruturantes das desigualdades sociais. O IX CBA reitera que *Sem Feminismo não há Agroecologia*.

- Reiteramos também a importância do protagonismo juvenil na promoção e construção do conhecimento agroecológico. Os integrantes da Rede dos Grupos de Agroecologia se sentem cada vez mais fortalecidos e unidos a cada Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e a cada Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA-Agroecologia). Estendemos que espaços como esses possibilitam a aproximação, confiança e diálogo entre redes e organizações que pautam a Agroecologia, acolhendo as juventudes.

- Os representantes de povos indígenas presentes no IX CBA-Agroecologia manifestam os seus entendimentos, percepções e posicionamentos sobre a Agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social. Compreendem que as bases que a fundamentam são coerentes com as cosmovisões dos povos indígenas e sua relação histórica com a natureza e os elementos do *Bem Viver*. Manifestamos a necessidade de ampliar a rede de solidariedade para com os povos originários como condição imprescindível para o avanço da Agroecologia. As ameaças aos povos indígenas implicam retrocessos e perdas para a sociedade brasileira. As proposições legislativas *anti-indígenas* que tramitam no Congresso Nacional, no Executivo e no Judiciário (PEC 215, PEC 098, Portaria 303 e PL 227) ameaçam não só os direitos dos povos originários garantidos na Constituição Federal, mas também o direito de todo o cidadão brasileiro em ter um ambiente sadio e equilibrado. O IX CBA-Agroecologia repudia veementemente essas iniciativas.

- A Agroecologia é uma proposta contra-hegemônica que faz sua luta também na esfera ideológica. A democratização dos meios de produção e veiculação do conhecimento é condição indispensável para romper com o monopólio da mídia corporativa comprometida com a reprodução do capital e subordinada a interesses das transnacionais.

Esperamos do governo federal sinalizações concretas e imediatas de compromisso com o atendimento das propostas que aqui apresentamos. O imediato lançamento do

Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), tal como pactuado no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); a retomada das concepções originais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), inclusive para o fortalecimento de redes locais de conservação da agrobiodiversidade; o fortalecimento de ministérios e órgãos ameaçados pelo interesses de forças conservadoras dentro do próprio governo. Não aceitamos que esta agenda, que sinaliza para saídas estruturais à crise de civilização, seja comprometida pelo ajuste fiscal. O ônus do ajuste deve recair sobre aquelas atividades e grupos econômicos responsáveis pela tragédia socioambiental que se agrava sobre a sociedade brasileira.

O II Planapo deve trazer avanços substanciais tanto em termos orçamentários quanto nas iniciativas necessárias para fazer avançar a Agroecologia como enfoque para a reestruturação dos sistemas agroalimentares, contribuindo para superar as desigualdades sociais e a degradação ambiental. Deve também avançar nos mecanismos de participação e controle social bem como na articulação coordenada entre ministérios e órgãos do governo brasileiro.

Manifestamos nosso firme posicionamento contra qualquer ameaça sobre a democracia e tentativa de retirada de direitos duramente conquistados. Reafirmamos a necessidade de continuarmos ativos e vigilantes, mantendo a disposição para lutar em defesa dos princípios democráticos e pela Agroecologia.

Sáimos fortalecidos de nosso encontro. A Agroecologia amazônica enrique e inspira nosso movimento que vem há décadas se construindo em todo o Brasil. Voltaremos a nos encontrar em Brasília em 2017. Até lá...

Belém, 01 de outubro de 2015